

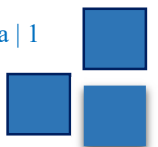


AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

AT & T ENERGIA S/A

2024

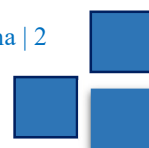




AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

Sumário

RELATÓRIO DA DIRETORIA	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS.....	9





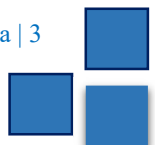
AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31/12/2024.

Agradecemos a todos que ajudaram ativamente no crescimento da empresa durante esse ano, em especial aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela dedicação e confiança depositada.

Nosso compromisso é a busca incessante do sucesso da organização através do trabalho em prol da sociedade, sempre respeitando as normas ambientais.





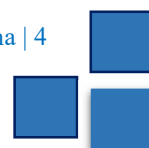
AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

AT&T Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.071	3.558
Contas a receber	4	554	518
Outras contas a receber		248	200
		3.873	4.276
Não circulante			
Depósitos judiciais	5	817	1.927
Investimentos temporários		64	53
Imobilizado	6	47.058	47.212
Intangível		190	195
		48.129	49.387
		52.002	53.663
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		193	219
Empréstimos	7	4.074	3.711
Obrigações sociais e trabalhistas		20	22
Impostos a recolher		55	40
Imposto de renda e contribuição social		-	92
Dividendos a pagar		75	75
		4.417	4.159
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	41.477	38.673
Partes relacionadas	8	42	-
		41.519	38.673
Patrimônio líquido			
Capital social	9	15.809	15.809
Recursos destinados a aumento de capital	9	-	42
Prejuízos acumulados	9	(9.743)	(5.020)
Total do patrimônio líquido		6.066	10.831
		52.002	53.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





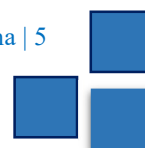
AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

AT&T Energia S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida de venda de energia	10	5.827	5.167
Custo da geração de energia	11	(3.525)	(2.085)
Lucro (Prejuízo) bruto		2.302	3.082
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.037)	(1.881)
Outras receitas Operacionais			
Demais Receitas e Rendas		-	13
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.265	1.214
Receitas financeiras	12	325	583
Despesas financeiras	12	(6.313)	(6.793)
Resultado antes dos impostos		(4.723)	(4.996)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	-	(341)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(4.723)	(5.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





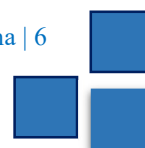
AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

AT&T Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	(4.723)	(5.337)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(4.723)	(5.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





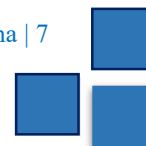
AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

AT&T Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 31 de dezembro 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros/ Prejuízos acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.809	-	42	317	16.168
Reversão de reserva de retenção de lucros		-	224	-	(224)	-
Reversão de reserva legal		-	93	-	(93)	-
Prejuízo do exercício		-	(5.337)	-	-	(5.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		15.809	(5.020)	42	-	10.831
Recursos destinados a aumento de capital	9.g	-	-	(42)	-	(42)
Prejuízo do exercício	9.f	-	(4.723)	-	-	(4.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15.809	(9.743)	-	-	6.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



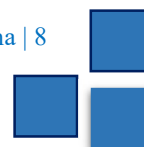


AT&T Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(4.723)	(5.337)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.269	1.266
Juros sobre empréstimos	6.300	6.791
Variação nos ativos e passivos		
Contas a Receber	(36)	-
Outras contas a receber	(48)	315
Impostos a recolher	(77)	(101)
Fornecedores	(26)	(108)
Outras contas a pagar	(2)	(6)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.657	2.820
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições e baixas de imobilizado e intangível	-	(178)
Investimentos temporários	(11)	(14)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(11)	(192)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de principal e juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.133)	(4.961)
Partes relacionadas	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(3.133)	(4.961)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(487)	(2.333)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	3.558	5.891
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa	3.071	3.558
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(487)	(2.333)
Transações que não movimentaram caixa		
Depósitos judiciais	1.110	-
Imobilizado	(1.110)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Notas explicativas

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A AT & T Energia S.A. (“AT & T” ou “Companhia”) com sede em Anahy - PR na Estrada Doutor Claudino KM 2,4, lote nº 23-a-2; Gleba Sapucaí II e com sede administrativa em Curitiba – PR, foi constituída em 04 de maio de 2005 e tem como objeto social o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Zeca Golin, por exploração e concessão, compreendendo, inclusive, atividades de desenvolvimento de estudo e projetos, construção civil, operação e exploração da unidade de geração de energia elétrica de origem hídrica, do respectivo sistema de transmissão associado, bem como a estruturação, aprovação, validação, geração e comercialização de crédito de carbono por meio da energia produzida pelo potencial e com fundamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) definido no artigo 12 do protocolo de Kyoto.

A AT & T recebeu a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica em 9 de outubro de 2018. Esta autorização é válida por 35 (trinta e cinco) anos.

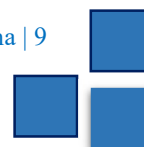
A autorização para início da Operação Comercial ocorreu através do Despacho 4.103, de 23 de dezembro de 2021, sendo autorizada a entrada em operação comercial a partir de 24 de dezembro de 2021.

A AT & T é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e encontra-se na bacia hidrográfica do rio Sapucaia, na sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Iguatu e Anahy, no estado do Paraná. A central geradora é constituída por 2 (duas) unidades geradoras de 4.925 kW (quatro mil novecentos e vinte e cinco quilowatts). Nos termos da Resolução Normativa 583/2013, a central geradora tem Potência Instalada de 9.850 kW e Potência Líquida de 9.665 kW.

O fluxo de caixa da AT&T Energia S.A., no exercício de 2024, foi impactado pelo baixo preço do valor de energia no mercado livre, bem como ao fato da geração de energia ter ficado abaixo da média histórica devido ao volume de chuvas ter sido inferior à média da região quando comparado com períodos anteriores e consequentemente impactando no resultado financeiro.

Existe a expectativa no mercado, de que durante o ano de 2025, o valor da energia no curto prazo seja bastante superior ao praticado no ano anterior de 2024 e com perspectivas de elevação no 2º semestre do ano, a qual dependerá de fatores externos tais como aumento na demanda, nível de produção conforme volume pluviométrico, dentre outros fatores mercadológicos.

A AT&T Energia S.A. a partir de 2025 iniciará o período de fornecimento da energia vendida através do leilão A-6, no montante de 2,10 MWh, no período compreendido entre 01/01/2025 à 31/12/2024, com o valor inicial de R\$317,49/MWh, e possui também alguns contratos fechados de venda de energia no longo prazo, contemplando os anos de 2025, 2026 e 2027, os quais, aliados a um bom volume de chuvas na região, trará melhor equilíbrio no fluxo de caixa e resultará num melhor resultado econômico da Companhia para os próximos exercícios.





2. Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

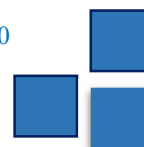
Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reconhecimento de contrato de cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Reconhecimento de contrato de cliente--Continuação

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações de venda no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.

2.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

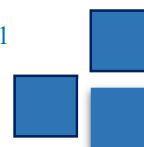
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados de acordo com a sistemática denominada Lucro Real Trimestral, em que o imposto de renda é calculado sobre o lucro fiscal pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

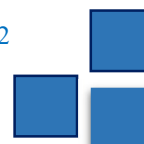
(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Administração entende que a Companhia está enquadrada nos critérios do Decreto 9.158 de 2017, que determina em seu Art. 1º, que as outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e inferior ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) que não tenham sido prorrogadas anteriormente, que estavam em vigor em 18 de novembro de 2016 e cujo empreendimento se encontre em operação poderão ser prorrogadas uma vez por meio de requerimento, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e deste Decreto. Nesse contexto, nenhuma das taxas determinadas pelo MCSE considera vida útil estimada superior aos prazos das autorizações somadas ao prazo da prorrogação esperada. Portanto, a taxa de depreciação não se limita ao prazo da autorização para operação, tendo em vista que a Administração tem expectativa de prorrogação do prazo de acordo com o referido decreto.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

(iii) Depreciação--Continuação

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Classes de imobilizado</u>	<u>Taxa de depreciação anual</u>
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%
Veículos	14,29%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contatos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

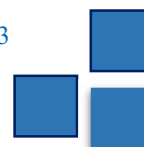
Um contatos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
--------------------------	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	--

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.





2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Desreconhecimento--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

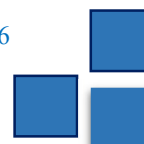
(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.



2. Políticas Contábeis--Continuação

2.11 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

2.12 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.13 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo o pronunciamento contábil CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.15 Novas normas e interpretações de normas emitidas

2.15.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
- CPC 03 (R2) - Demonstrações fluxo de caixa



2. Políticas Contábeis--Continuação

2.15 Novas normas e interpretações de normas emitidas—Continuação

2.15.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024--Continuação

- CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos
- Acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

2.15.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.





3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	1	1
Bancos	130	76
Aplicações financeiras (i)	2.940	3.481
	3.071	3.558

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas de aproximadamente 98% do CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 554 (518 em 31 de dezembro de 2023), corresponde ao registro da Provisão de receita não faturada, correspondente ao fornecimento faturado a receber e a provisão de receita não faturado, decorrentes da venda de energia elétrica

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber.

5. Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia mantinha até 31 de dezembro de 2024 processos cíveis com depósito judicial atrelado no montante de R\$ 817, em de 31 de dezembro de 2023 eram R\$ 1.927. A redução de R\$ 1.110 em 2024 refere-se à reclassificação de valor, com a transferência para a conta de terrenos no ativo imobilizado. A materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de perda remota, para os quais a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.



6. Imobilizado

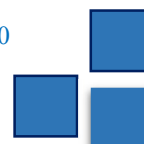
	Taxa de depreciação % a.a.	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	4.766	-	4.766	3.656
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%	20.141	(3.094)	17.047	18.052
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	18.659	-	18.659	18.659
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%	7.289	(745)	6.544	6.783
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%	13	(5)	8	9
Veículos	14,29%	133	(99)	34	53
Adiantamento a fornecedores (i)	-	-	-	-	-
Obras em andamento (i)	-	-	-	-	-
		<u>51.001</u>	<u>(3.943)</u>	<u>47.058</u>	<u>47.212</u>

	Taxa de depreciação % a.a.	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	3.656	-	3.656	3.656
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%	20.141	(2.089)	18.052	19.055
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	18.659	-	18.659	18.659
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%	7.289	(506)	6.783	6.993
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%	13	(4)	9	10
Veículos	14,29%	133	(80)	53	72
Adiantamento a fornecedores (i)	-	-	-	-	-
Obras em andamento (i)	-	-	-	-	-
		<u>49.891</u>	<u>(2.679)</u>	<u>47.212</u>	<u>48.445</u>

(i) Refere-se, principalmente, às obras em andamento relacionadas à construção da PCH.

Movimentação do custo no exercício

	2023	2024			2024
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	3.656	1.110	-	-	4.766
Edificações, obras e benfeitorias	20.140	-	-	-	20.140
Reservatórios, barragens e adutoras	18.660	-	-	-	18.660
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7.289	-	-	-	7.289
Móveis e utensílios	13	-	-	-	13
Veículos	133	-	-	-	133
	<u>49.891</u>	<u>1.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.001</u>



6. Imobilizado--Continuação

	2022	2023			2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	3.656	-	-	-	3.656
Edificações, obras e benfeitorias	20.140	-	-	-	20.140
Reservatórios, barragens e adutoras	18.660	-	-	-	18.660
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7.261	28	-	-	7.289
Móveis e utensílios	13	-	-	-	13
Veículos	133	-	-	-	133
	<u>49.863</u>	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.891</u>

Movimentação da depreciação no exercício

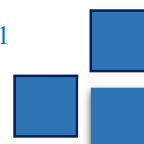
	2023	2024			2024
		Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(2.089)	(1.005)	-	-	(3.094)
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(506)	(239)	-	-	(745)
Móveis e utensílios	(4)	(1)	-	-	(5)
Veículos	(80)	(19)	-	-	(99)
	<u>(2.679)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.943)</u>

	2022	2023			2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(1.086)	(1.003)	-	-	(2.089)
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(268)	(238)	-	-	(506)
Móveis e utensílios	(3)	(1)	-	-	(4)
Veículos	(61)	(19)	-	-	(80)
	<u>(1.418)</u>	<u>(1.261)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.679)</u>

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Natureza (em moeda nacional)	Taxa de juros	2024	2023
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (i)	3,95% a.a - 4,59% a.a	45.551	42.384
		45.551	42.384
Circulante		4.074	3.711
Não circulante		41.477	38.673
		45.551	42.384

- (i) O saldo de empréstimos é formado por 3 (três) contratos que possuem prazos de carência de amortização do principal específicos, sendo: contratos nº 58.968 e nº58.971, (agosto/2020) e, contrato nº58.972, (novembro/2020).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	42.384	40.554
Captações	-	-
(+) Encargos financeiros	6.300	6.791
(-) Pagamento de principal e juros	(3.133)	(4.961)
Saldo no final do exercício	45.551	42.384

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento

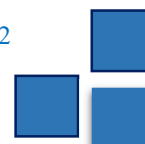
2026	2.765
2027	2.765
2028	2.765
2029	2.765
2030 a 2040	30.417
	41.477

Compromissos (“covenants”)

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Garantias

As garantias dos empréstimos captados ao longo de 2024 e 2023 referem-se à penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, penhor de ações e cessão de fiduciária de direitos creditórios (receitas).





8. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria, cujos diretores são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicam, não cabendo à Companhia nenhuma responsabilidade pela remuneração dos mesmos. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

Recursos destinados a aumento de capital

Em 2024, o saldo de recursos destinados para aumento de capital era de R\$ 42 (quarenta e dois).

9. Patrimônio líquido

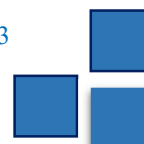
a. Capital social

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$15.809 está representado por 1.580.930 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões, novecentas e trinta mil, duzentos e sessenta e três) ações de R\$0,01 (um centavo) cada uma.

b. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social encontrava-se distribuído entre os seguintes acionistas:

	2024			2023		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Paineira Part e Empreendimentos Ltda.	1.084.137.869	68,57	10.841	1.016.379.251	64,29	10.164
Jonathan Mafra Tambosi	237.139.543	15,00	2.371	316.186.057	20,00	3.162
Ozires Alberti	60.202.110	3,81	602	56.439.478	3,57	564
Walter Alberti	60.202.110	3,81	602	56.439.478	3,57	564
Sidnei Alberti	60.202.110	3,81	602	56.439.478	3,57	564
Família Andrade Adm. de Bens Próprios e Part. Ltda.	79.046.521	5,00	791	79.046.521	5,00	791
Total	1.580.930.263	100,00	15.809	1.580.930.263	100,00	15.809





9. Patrimônio líquido--Continuação

c. Reserva legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.

Em 2024, devido a Companhia ter apresentado prejuízo, não foi constituído reserva legal.

d. Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal, serão destinados em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendo mínimo obrigatório, e a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos sócios que representarem 64% do capital da Companhia deliberado em Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2024, devido a Companhia ter apresentado prejuízo, não houve constituição de provisão de dividendos a pagar.

e. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros corresponde a transferência dos lucros acumulados para a reserva de lucros deduzindo a reserva legal e distribuição de dividendos.

Em 2024, devido a Companhia ter apresentado prejuízo, não foi constituído reserva de retenção de lucros.

f. Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de prejuízos acumulado de R\$ 9.743, saldo composto pelo prejuízo apresentado no exercício de 2024, no valor de 4.723, e do saldo acumulado no exercício de 2023, no valor de R\$ 5.020.

g. Recursos destinados a aumento de capital

Em 2024, a Companhia reclassificou o saldo de R\$ 42 de recursos destinados para aumento de capital para conta do passivo não circulante.





10. Receita líquida de venda de energia

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta		
Receita com venda de energia elétrica	<u>6.437</u>	<u>5.363</u>
Deduções		
Pis sobre vendas	(108)	(35)
Cofins sobre vendas	<u>(502)</u>	<u>(161)</u>
	<u>(610)</u>	<u>(196)</u>
	<u><u>5.827</u></u>	<u><u>5.167</u></u>

11. Custos e despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Suprimento de energia elétrica (a)	(74)	-
Serviços de terceiros	(568)	(828)
Manutenção de peças e equipamentos	(198)	(465)
Impostos e taxas	(480)	(476)
Depreciação e amortização	(1.269)	(1.266)
Salários e encargos	(323)	(228)
Combustíveis	(35)	(55)
Custo de compra de energia elétrica – CCEE (b)	(1.496)	-
Outros custos e despesas	<u>(119)</u>	<u>(648)</u>
	<u>(4.562)</u>	<u>(3.966)</u>
Custos da geração de energia	(3.525)	(2.085)
Despesas gerais e administrativas	<u>(1.037)</u>	<u>(1.881)</u>
	<u>(4.562)</u>	<u>(3.966)</u>

a) Suprimento de energia elétrica

Devido à queda no volume das chuvas, e conseqüentemente, à redução na geração de energia elétrica, a Companhia teve custos com aquisição de energia no curto prazo para revenda, em 2024, no valor de R\$ 74.

(b) Custos de compra de energia elétrica - CCEE

Em 2024, a Companhia apresentou despesas com liquidação financeira dos valores decorrentes da contabilização relativas às operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devido à queda da geração, no valor de R\$ 1.496.





12. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	314	565
Outras receitas financeiras	11	18
	325	583
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.300)	(6.791)
Despesas bancárias	(13)	(2)
	(6.313)	(6.793)
	(5.988)	(6.210)

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetivas

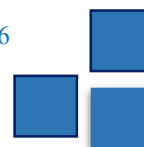
A partir de 01 de janeiro de 2024, a Companhia optou por realizar uma mudança no regime tributação, passando do lucro presumido para a sistemática do lucro real, para alinhar-se com a sua realidade operacional. A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.723)
Alíquota vigente	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.606)
Efeitos sobre diferenças permanentes:	
Outros	16
Prejuízo fiscal não reconhecido	(1.590)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-
Corrente	-
Diferido	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido, por não haver histórico de lucratividade.

c) Imposto de renda e contribuição social





13. Imposto de renda e contribuição social --Continuação

Em 2023 a Companhia era tributada pela sistemática do lucro presumido, de forma que não apresentava diferenças temporárias que originem créditos tributários diferidos a registrar.

	<u>2023</u>
Receita bruta	5.363
Base de presunção 8%	429
Receita financeira	575
Outras receitas	13
Base de cálculo do imposto de renda	<u>1.017</u>
Alíquota de imposto de renda - 15%	(152)
Adicional - 10%	(78)
Imposto de renda	<u>(230)</u>
Base de presunção 12%	644
Receita financeira	575
Outras receitas	13
Base de cálculo da contribuição social	<u>1.232</u>
Alíquota da contribuição social - 9%	(111)
Contribuição social	<u>(111)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u><u>(341)</u></u>

14. Instrumentos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

Bancos, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimo e financiamentos e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.



14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

Passivo	2024		2023			
Empréstimos e financiamentos	45.551	45.551	42.384	42.384	-	Custo amortizado
Fornecedores	193	193	219	219	-	Custo amortizado
	<u>45.744</u>	<u>45.744</u>	<u>42.603</u>	<u>42.603</u>		

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é aquele onde a Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

	Valor contábil	
	2024	2023
Bancos	130	76
Aplicações financeiras	2.940	3.481
Contas a receber	554	518
	<u>3.624</u>	<u>4.075</u>

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Essas aprovações são estabelecidas a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o risco de perdas no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Companhia ao risco de crédito em relação aos saldos de bancos e aplicações financeiras do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor contábil respectivo, conforme demonstrado na Nota 3.



14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Risco de crédito--Continuação

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia, estando sujeito a gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de consumidores em aberto são monitorados regularmente e uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada exercício buscando avaliar as perdas de crédito esperadas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas, assim como também de obtenção de empréstimos e financiamentos e adiantamentos para futuro aumento de capital. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Empréstimos e financiamentos	4.074	5.530	8.295	27.652
Fornecedores	193	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Empréstimos e financiamentos	3.711	4.834	7.251	26.588
Fornecedores	219	-	-	-



14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Risco de liquidez--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelos acionistas, avalizadas pela Diretoria, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

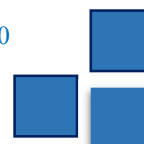
(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é aquele que sofre alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição a riscos de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (valor contábil) remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo		
Aplicações financeiras (CDI)	<u>2.940</u>	<u>3.481</u>
	2024	2023
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	<u>45.551</u>	<u>42.384</u>



14. Instrumentos financeiros--Continuação

14.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(iv) Risco de mercado--Continuação

Exposição a riscos de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2024:

Valor exposto	Risco	Provável	25%*	50%*
2.940	Queda do CDI	440	330	220
Impacto no resultado			(110)	(220)

(*) Conforme previsões de mercado, os índices de CDI considerados foram de 15,00%.

Análise de sensibilidade de valor justo para empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixada em 31 de dezembro de 2024:

Uma alteração na variação da taxa SELIC, na data do balanço, teria aumentado os encargos mensais, componente remuneratório de empréstimos e financiamentos da Companhia.

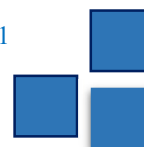
A análise abaixo considera os impactos possíveis e remotos que um aumento na SELIC teria sobre o valor dos empréstimos e financiamentos da Companhia, bem como no resultado do exercício, sendo o cenário provável o cenário em 31 de dezembro de 2024:

	Provável		Possível		Remoto	
	Cenário atual		Possível		Remoto	
Sensibilidade ao SELIC	SELIC(*)	Exposição	SELIC	Impacto	SELIC	Impacto
Impacto no resultado	15,00%	6.833	16,50%	7.516 (683)	18,00%	8.199 (1.366)

(*) SELIC projeção 2025.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos respectivos valores contábeis.





AT & T ENERGIA S/A
CNPJ: 07.852.914/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
COMPLETAS

15. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía seguros para bens sujeitos a riscos operacionais e para danos materiais os quais julga suficientes para cobrir eventuais riscos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Henrique Gulin Gomes
Diretor
CPF: 033.948.829-81

Walter Camargo
Contador
CRC - PR 034155/O-9

